

# Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 18

PODER 360 - DF  
ANFIP

Entidades defendem reforma tributária em carta a equipe de Lula ..... 3

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad se reúne com Paulo Guedes ..... 4

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Primeiros 5 ministros devem ser anunciados ..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad vai de derrotado em três eleições a principal cotado à Fazenda ..... 6

O GLOBO - RJ - MUNDO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Militar preso por complô na Alemanha viveu em SC, onde tem empresas ..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bancos, fintechs e regulação (Editorial) ..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS divulga calendário de pagamentos de benefícios para 2023 ..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Carga tributária pode subir, diz pesquisador ..... 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

PEC pode trazer juro maior e até rebaixamento ..... 13

O GLOBO - ON LINE - RJ - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

PEC da Transição 'planta semente da crise', diz economista-chefe do Credit Suisse  
..... 14

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo Lula vai enfrentar cenário econômico desafiador, avalia FGV ..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Equipe de Lula vai esperar 2023 para decidir volta de impostos de combustíveis ..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Proposta isenta de imposto doações para meio ambiente e educação ..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO  
ECONOMIA

Sistema político falho levou a tentativa de golpe, dizem analistas ..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Stuhlberger vê possível rebaixamento da nota de crédito do Brasil.....	24
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
O recado discreto do Copom a Lula (Editorial).....	25
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
O que a crise peruana ensina (Editorial).....	27
O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE ECONOMIA	
Governo atual é o que mais cortou em recursos de Educação e Ciência.....	28
O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE ECONOMIA	
Estudo vê necessidade de reajustar bolsas de Capes e CNPq em 67,97%.....	32
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Julgamento do orçamento secreto pelo Supremo trava PEC na Câmara.....	34
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Câmara tem de rever texto da PEC da Transição (Editorial).....	36
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Bolsa cai 1,67% diante de incerteza sobre cenário fiscal.....	37
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Câmara e Senado articulam aumento salarial.....	38
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
OCDE prevê desaceleração.....	39
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
A China depois da "covid-zero" (Artigo).....	40
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Risco fiscal volta a derrubar ativo local.....	41
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Auren faz acordo bilionário por perdas no governo Dilma.....	42

# Entidades defendem reforma tributária em carta a equipe de Lula

Entidades que representam funcionários do setor de fiscalização econômica entregaram nesta 5ª feira (8.dez.2022) uma carta em defesa à **reforma tributária** a Aloizio Mercadante, coordenador do governo de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Entre os pontos abordados, em suma, os representantes propõem o alívio da carga de **impostos** para população e o aumento de **tributos** para o mais ricos. Eis a íntegra do texto (707 KB).

Assinaram a carta as seguintes entidades do setor de fiscalização tributária: **Anfip** (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal do Brasil**), Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital) e Sindifisco Nacional (entidade sindical representativa dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal**). "Começar a taxar as altas rendas, a propriedade e a riqueza e diretriz que esta em sintonia com os anseios da sociedade", diz um trecho do documento.

As entidades também recomendaram a criação de uma legislação específica para que "amplie a transparência, efetividade e eficácia dos "gastos tributários".

A **Anfip** e a Fenafisco desenvolveram o projeto de "**Reforma Tributária** Solidária", que defende a tributação das altas riquezas e implementação do IGF (Imposto sobre Grandes Fortunas), que taxaria em 0,28% o patrimônio líquido dos mais ricos do Brasil.

Eis outras propostas apresentadas no documento:

ampliação da alíquota sobre heranças e doações sejam aumentadas de 8% para 20%; propõe e novas formas de avaliação do valor e do uso da propriedade rural; abranger aeronaves e embarcações no IPVA (Imposto Sobre Propriedade de Veículos); ônus adicional para setores que utilize insumos renováveis, poluidores e degradadores do meio ambiente.

Em 2022, as entidades fiscais promoveram o projeto "Reforma Tributária: Dia logo com os Presidentes", que consistiu em uma série de diálogos com assessores econômicos dos candidatos à Presidência deste pleito. Pelo PT, o escolhido foi economista Guilherme Mello.

"A base parlamentar do governo recém-eleito deveria

contemplar diversas forças do espectro político, indo muito do campo da centro-esquerda", diz um trecho da carta.

## Notícias Relacionadas:

TIM NEWS

Entidades defendem **reforma tributária** em carta a equipe de Lula

**Site:** <https://www.poder360.com.br/economia/entidades-defendem-reforma-tributaria-em-carta-a-equipe-de-lula/>

# Haddad se reúne com Paulo Guedes

**Henrique Lessa**

Mais cotado para assumir a pasta da Fazenda no próximo governo, o ex-ministro Fernando Haddad se encontrou ontem com o atual ministro da Economia, Paulo Guedes. Para Haddad, o encontro foi de alto nível, "Foi uma excelente conversa, muito cordial, muito educada, muito transparente" disse aos jornalistas ao voltar da reunião com Guedes para o hotel em Brasília onde está hospedado o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e diversos membros da cúpula petista.

Integrante do grupo técnico da transição na área econômica, Haddad disse ser responsável pela articulação política entre as duas equipes "Eu estou fazendo toda a interface política do GT com a equipe do ministro Paulo Guedes", contou. Na avaliação do petista, é fundamental para a equipe do novo governo Lula construir uma "matriz de riscos" dos serviços essenciais ameaçados a partir do próximo ano. "Foi uma conversa e foi muito importante. Com esse tipo de conversa você garante que muitos projetos importantes tenham continuidade", afirmou Haddad.

O ex-ministro da Educação ressaltou a importância de se manter um diálogo com o governo que está próximo de concluir o mandato. "A gente quer que a transição seja o mais suave possível" apontou Haddad. Ele disse que, após essa reunião com Guedes, o grupo de transição deve realizar novas conversas com a pasta até a próxima terça-feira. Estão previstos encontros com as secretarias do ministério, como a Secretaria do Tesouro, e a Receita. Segundo Haddad, será uma oportunidade de detalhar melhor os riscos para a política econômica.

O tratamento "cordial" entre Haddad e Guedes destoa do tom grosseiro adotado pelo ministro de Bolsonaro recentemente. Em novembro, na primeira declaração após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, Guedes criticou o andamento das negociações para a PEC. "Já ganhou a eleição? Cala a boca, vai trabalhar, vai construir um negócio melhor", disse.

PEC O listro Fernando Haddad acredita que "o maior mérito dessa PEC (da Transição) é que a solução está sendo política". Após se reunir com o atual ministro da Economia, o petista apontou que a solução da crise fiscal pela qual o país vive precisa passar pela **reforma tributária** e construção de um novo arcabouço para a responsabilidade fiscal - ambas na agenda do novo governo.

Segundo Haddad, um dos focos do grupo técnico (GT) da transição de Economia é identificar as políticas de estado e garantir a manutenção dos serviços históricos no país, como a residência médica e projetos estruturais do país. Segundo o petista, o orçamento do ano que vem não pode ser menor que o orçamento deste ano. Para a transição, a despesa na proporção ao Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano, não pode ser menor que a despesa na proporção do **PIB** no ano que vem.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/09/12/2022/p1>

# Primeiros 5 ministros devem ser anunciados

## DA REDAÇÃO, COM AGÊNCIAS

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva disse, vai anunciar hoje os titulares de cinco ministérios (Fazenda, Casa Civil, Relações Exteriores, Justiça e Defesa). Ontem, ele já bateu o martelo em relação aos nomes dos novos comandantes das Forças Armadas, com base no critério de antiguidade, que define a hierarquia na vida militar.

Para comandar o Exército, o escolhido foi o general Júlio Cesar de Arruda, na Marinha, o almirante de esquadra Marcos Sampaio Olsen, e, para a Força Aérea Brasileira (FAB), o brigadeiro Marcelo Kanitz Damascene.

Flávio Dino Para interlocutores, o petista revelou ainda que planeja, como forma de afastar bolsonaristas da gestão federal, exonerar todos os servidores comissionados da administração federal direta.

A equipe de Lula convocou a imprensa para uma declaração do presidente eleito hoje pela manhã no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), sede do governo de transição.

Na Justiça, o favorito é o senador eleito Flávio Dino (PSB), que esteve com Lula ontem. Já para a Casa Civil, a aposta dos aliados de Lula é que seja o governador da Bahia, Rui Costa, que também se reuniu com o presidente eleito nessa semana. Dino e Lula almoçaram juntos ontem no hotel onde o petista está hospedado.

Fernando Haddad (PT) é cotado para assumir o Ministério da Fazenda e teve sua primeira reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, ontem.

Na última semana, o presidente eleito afirmou que já tinha 80% do ministério formado "na cabeça".

Haddad na Fazenda Haddad, a propósito, já tem cumprido funções e adotado um discurso compatíveis com o de um futuro ministro da Fazenda. Ontem, ele se reuniu por um hora e meia com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele foi destacado por Lula para fazer a interface da equipe de transição com o Ministério da Economia.

Em entrevistas, Haddad tem elencado as prioridades do futuro governo na economia. Defende, por exemplo, uma **reforma tributária** que simplifique os **tributos**, num primeiro momento, e que torne o

sistema tributário brasileiro menos regressivo, com a taxação de grandes fortunas, numa segunda etapa.

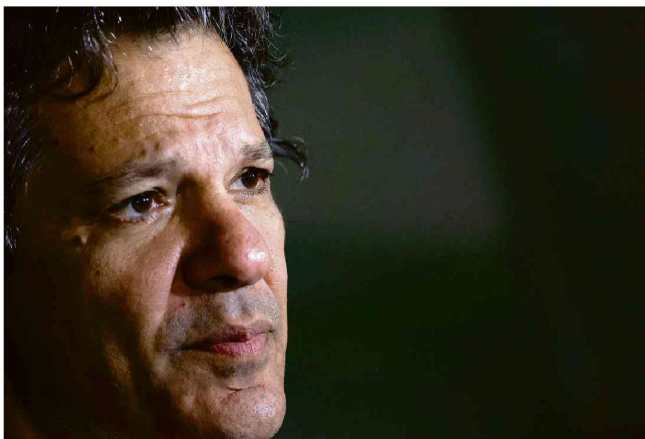
Na quarta, Haddad defendeu uma reconfiguração do Ministério do Planejamento para livrar a pasta de tarefas mais urgentes, como discutir questões de recursos humanos e tecnologia da informação.

Ainda há dúvidas de quem será o titular da pasta. Um dos cotados é o economista Pérsio Arida, aliado de Geraldo Alckmin e de linha liberal.

Casa Civil Havia uma expectativa, no início da transição, de que Gleisi fosse escolhida para a Casa Civil, papel que já desempenhou no governo Dilma. Lula, no entanto, decidiu mantê-la na presidência do PT. Outro coordenador da transição, Aloizio Mercadante, deve ter destino semelhante. Especulado para pastas como Casa Civil e Planejamento, deve continuar como presidente da Fundação Perseu Abramo.

**Site:** <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2294/09-12-2022/>

# Haddad vai de derrotado em três eleições a principal cotado à Fazenda



Fernando Haddad (PT), 59, ex-prefeito de São Paulo e ex-ministro da Educação, é o principal cotado a chefiar a pasta da Fazenda. Adilson Machado - 28.nov.22/Reuters

**Catia Seabra**

Em maio de 2021, quando propôs a Luiz Inácio Lula da Silva a composição de uma chapa com o então tucano Geraldo Alckmin, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad disse ao padrinho político que, se a ideia não fosse aceita, ele jamais voltaria a tocar no assunto.

Autorizada, a operação só foi revelada seis meses depois. A discreta condução da articulação é encarada como uma prova de lealdade de Haddad a Lula. Em 2016, no auge da crise política enfrentada pelo PT, conselheiros chegaram a sugerir que deixasse o partido e trilhasse caminho próprio. Haddad recusou.

Após dez anos, o ex-ministro da Educação pode voltar a trabalhar sob o comando direto de Lula, em 2023. Seu nome é o mais forte na bolsa de apostas para o Ministério da Fazenda petista, cujo comando deve ser anunciado por Lula nesta sexta (9).

A lealdade é apontada como um sinal de que, se confirmado ministro da Fazenda, ele seguirá, com fidelidade, a orientação do presidente eleito.

Assim como a ex-presidente Dilma Rousseff, Haddad já foi, pejorativamente, chamado de poste. Petistas desconfiam que Lula o tenha escolhido como herdeiro político.

Aliados afirmam que a opção por seu nome é indicativo da disposição do futuro presidente de conduzir pessoalmente a política econômica de seu governo, embora reconheçam que Haddad tenha revelado luz própria desde que deixou a Esplanada

dos Ministérios para concorrer à Prefeitura de São Paulo em 2012.

A articulação da chapa Lula-Alckmin mostra também que Haddad é ouvido por Lula. Além da dobradinha com o ex-governador paulista, partiu dele a ideia de reconciliação política com a deputada eleita Marina Silva (Rede), que se engajou na campanha do petista ainda no primeiro turno.

Durante um jantar na noite de 23 de outubro, Haddad relatou aos comensais uma conversa em que teria sugerido a Lula que desse já no primeiro turno um caráter conciliatório à sua candidatura.

À época, Lula ainda não tinha recuperado os direitos políticos e recomendou que Haddad colocasse seu bloco na rua, segundo esse relato. O ex-prefeito teria então respondido que estava convicto de que Lula seria o candidato em 2022.

Haddad afirma ter aconselhado Lula a começar a eleição "pelo segundo turno", pregando a necessidade de reconciliação nacional, plano posto em prática ao longo da campanha.

Sob o patrocínio de Lula, Haddad concorreu à Prefeitura de São Paulo em 2012. Vitorioso naquele ano, não foi reeleito em 2016. Dois anos depois, substituiu Lula na corrida presidencial, assinando um programa de governo elaborado no calor do processo que levou à prisão do ex-presidente.

Este ano, o ex-prefeito chegou ao segundo turno na disputa pelo governo de São Paulo. Durante a campanha, participou de jantares na tentativa de reduzir a resistência ao seu nome no empresariado. No evento organizado pelo grupo Esfera do Brasil, repetiu que a lógica é não opor o setor público ao empresarial.

"Eu nunca passei por um cargo que não tenha aberto oportunidades para o setor empresarial. Você pega o valor das ações em Bolsa dos grupos da educação durante o meu mandato. Veja, um por um, o que aconteceu com o preço das ações por causa do ProUni, do Fies e assim por diante. Todo mundo ganhou", afirmou.

Nesse jantar, Haddad sugeriu que os presentes



consultassem o setor empresarial de São Paulo, por exemplo, sobre a redução de prazos para concessão de alvarás durante o seu mandato.

"A construção pesada só tem uma coisa a reclamar de mim. Suspendi todas as obras superfaturadas. Nem iniciadas foram. Agora isso também faz parte de sanear o setor privado. Ninguém gosta de concorrer com bandido, né? Se você é honesto, entrega sua planilha, você quer ser julgado pela lisura do que está apresentando", afirmou.

Bacharel em direito, mestre em economia e doutor em filosofia, Haddad define-se de centro-esquerda. A empresários, ele já afirmou que a injustiça social é a maior chaga do país. Também se disse convicto de que não é inibindo o investimento privado que se chega a uma sociedade melhor.

Mas ressaltou: "Até para não ser demagógico, eu acho que a gente tem pouco imposto sobre herança no Brasil. É muito pequeno. Estou falando de "herança-herança". Não são dois pares de sapatos".

Na opinião dele, o aumento do imposto sobre transmissão de patrimônio beneficiaria quem está passando fome.

"Acho pouco 4% sobre transmissão de patrimônio. A gente deveria ser mais generoso. Você tem R\$ 1 bilhão e dois filhos, poderia deixar R\$ 400 milhões para cada um."

Crítico do sistema tributário regressivo, Haddad afirma haver distorções no Brasil. "Do lado do empreendedorismo eu sou a favor de fazer o que for possível para fomentar a inovação, o espírito empreendedor. Do outro lado, do tributo, acho que a gente tem que corrigir a graça que Deus às vezes deu para um e não deu para outros. É o momento em que o estado faz justiça social para não deixar ninguém muito para trás. Porque o cara que não deu certo talvez tenha um filho que pode dar."

Aos 59 anos, Haddad é casado com a dentista Ana Estela desde 1988, com quem tem dois filhos. Em 2001, foi chefe de gabinete da Secretaria de finanças de São Paulo, durante a gestão de Marta Suplicy. Com a chegada de Lula à Presidência em 2003, passou pelo Ministério do Planejamento e da Educação, do qual foi ministro.

Petista se reúne com Guedes e define agenda com pastas

Nathalia Garcia

Cotado para o Ministério da Fazenda do governo eleito

Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Fernando Haddad se reuniu na manhã desta quinta-feira (8), em Brasília, com o atual ministro da pasta, Paulo Guedes, e definiu uma agenda de trabalho para ter uma visão mais ampla da situação do Ministério da Economia.

A partir da próxima terça-feira (13), Haddad prevê encontros com as Secretarias do Tesouro Nacional, da **Receita Federal**, entre outras, para ver qual conjuntura o novo governo encontrará no início do mandato.

"A gente precisa sentar com os secretários das pastas para que a gente saiba a rotina de trabalho, as agendas que estavam em curso, o que foi entregue, quais eram as perspectivas futuras de cada secretaria, o que precisa ter continuidade, a matriz de risco sobre problemas que possam ser encontrados no começo do ano", disse.

"Uma transição natural, normal, a gente quer que seja o mais suave possível, com os desdobramentos que todos esperamos para que o Brasil cresça mais", continuou.

De acordo com Haddad, os recentes cortes orçamentários que podem provocar um apagão na máquina pública no fim do atual governo não foram discutidos com Guedes. Áreas como Saúde, Educação, Meio Ambiente e Justiça estão estranguladas, e algumas atividades estão sendo paralisadas.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50120>

# Militar preso por complô na Alemanha viveu em SC, onde tem empresas

**ALFREDO MERGULHÃO E PAULO ASSAD**  
*internacio@oglobo.com.br*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# Bancos, fintechs e regulação (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187404?page=8&section=2>

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187404?page=8&section=2>

# INSS divulga calendário de pagamentos de benefícios para 2023

**Luciana Lazarini**

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) divulgou o calendário anual de pagamentos de 2023 para 37 milhões de beneficiários no país. Aposentados, pensionistas e outros segurados que recebem benefícios como auxílio-doença ou BPC (Benefício de Prestação Continuada) agora podem saber a data exata em que seus pagamentos serão feitos ao longo do ano que vem.

O calendário é dividido conforme o valor do benefício: começa primeiro para quem ganha o salário mínimo, na última semana do mês. Depois, na primeira semana do mês, o **INSS** passa a fazer as liberações para aqueles com renda acima do piso previdenciário. O calendário é interrompido em finais de semana, feriados nacionais e datas em que os bancos não funcionam.

O segurado deve verificar o número do benefício (NB), que tem dez dígitos e aparece no seguinte formato: 999.999.999-9. É preciso considerar o penúltimo algarismo. Segundo o **INSS**, para aqueles que recebem seu benefício há algum tempo, vale a data habitual.

O próximo pagamento de benefícios, ainda referente à competência de dezembro de 2022, será feito entre os dias 23 de dezembro, uma sexta-feira, e 6 de janeiro. Os depósitos para quem recebe mais que o piso serão feitos entre os dias 2 e 6 de janeiro.

No dia 30 de dezembro, uma sexta-feira, não haverá novas liberações.

Segundo a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), as agências terão expediente normal na sexta-feira do dia 23 de dezembro, antes do Natal, tanto para atendimento ao público quanto para a realização de todas as operações bancárias solicitadas pelos clientes. Já no dia 30 não haverá expediente bancário e as agências não abrirão para atendimento ao público.

O primeiro pagamento de 2023, referente aos benefícios de janeiro, será feito entre os dias 25 de janeiro e 7 de fevereiro para quem recebe o salário mínimo. No caso de beneficiários com renda acima do piso salarial o pagamento sairá entre os dias 1º e 7 de

fevereiro.

Nessas datas o **INSS** já faz o pagamento com o reajuste anual. No caso de benefícios acima do salário mínimo, o governo aplica o reajuste da **inflação** registrada no ano anterior, medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgará o resultado da **inflação** acumulada em 2022 no dia 10 de janeiro de 2023.

Em fevereiro, o **INSS** interrompe os pagamentos durante o Carnaval, já que nos dias 20 e 21 de fevereiro, segunda e terça de Carnaval, as agências bancárias não abrem. Segundo a Febraban, as agências retomam o atendimento na Quarta-Feira de Cinzas, dia 22, depois das 12h.

O pagamento do período começa no dia 17 de fevereiro, uma sexta-feira, para quem tem o benefício com final 1 e recebe o piso. Depois, os depósitos só são retomados no dia 23 de fevereiro, na quinta-feira após o Carnaval. As liberações mensais são concluídas no dia 7 de março. Beneficiários com renda superior ao piso salarial receberão o dinheiro entre os dias 1º e 7 de março.

No pagamento referente a março, não serão feitos depósitos na Sexta-Feira Santa, 7 de abril. As liberações são retomadas na segunda-feira seguinte, 10 de abril.

Os bancos também não farão novos pagamentos no dia 1º de maio, que cairá em uma segunda-feira, retomando os depósitos no dia 2 de maio, uma terça-feira. Os depósitos da folha de pagamentos de abril para beneficiários acima do salário mínimo também começarão na terça-feira, 2 de maio e continuarão até o dia 8 de maio.

Na folha de pagamentos de agosto, o **INSS** também interrompe os depósitos no dia 7 de setembro, que cairá numa quinta-feira. Como o feriado de Finados também cairá numa quinta-feira, 2 de novembro é outro dia em que os pagamentos não são liberados.

Os dias 25 de dezembro e 1º de janeiro de 2023 cairão em uma segunda-feira, datas em que não haverá pagamentos. Outro dia sem novos depósitos é 29 de dezembro, uma sexta-feira.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>**

**20**

# Carga tributária pode subir, diz pesquisador

Em suas apresentações no seminário, tanto Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre, quanto José Júlio Senna, chefe do Centro de Política Monetária do FGV Ibre, reconheceram que o Orçamento de 2023 feito pelo governo Jair Bolsonaro (PL) não se sustenta. Por isso, requer ajustes, inclusive com mudanças nas regras fiscais, como o teto de gastos. Senna chegou a elogiar as perspectivas de mudanças nas políticas públicas em áreas diferentes da política econômica, como relações exteriores, meio ambiente e assistência social.

O pesquisador Armando Castelar, também participante do seminário, afirmou ver nos sinais iniciais da equipe de transição de governo um viés favorável ao aumento da carga tributária. Especialmente se o ex-prefeito Fernando Haddad for confirmado como ministro da Fazenda.

"Haddad tem feito discurso de aumentar imposto. Ele não fala isso, fala em **reforma tributária**, mas a prioridade para isso parece ser pelo aumento da carga", afirmou Castelar.

De acordo com Silvia, o maior problema de uma política econômica sustentada no aumento indiscriminado de despesas do governo está relacionado à **inflação** elevada.

Por isso, disseram os pesquisadores do FGV Ibre, seria importante que, a partir de 2023, a política fiscal atuasse de forma combinada com a política monetária. Ou seja, que a dinâmica de despesas do governo não estimulasse a demanda excessivamente.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# PEC pode trazer juro maior e até rebaixamento

**JOÃO SORIMA NETO E IVAN MARTÍ NEZ-VARGAS**  
*economia@oglobo.com.br SÃO PAULO*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# PEC da Transição 'planta semente da crise', diz economista-chefe do Credit Suisse

Solange Srour, economista-chefe do Credit Suisse, acredita que, mesmo na melhor das hipóteses - de aumento de gastos de R\$ 100 bilhões fora do teto, cifra que tende a ser maior -, a chamada PEC da Transição desequilibra a trajetória da dívida brasileira por não esclarecer como essas despesas serão financiadas e "planta a semente de uma crise".

De acordo com ela, o texto torna praticamente improvável qualquer corte de juros no próximo ano e pode impor ao governo a necessidade de reformas emergenciais para cortar gastos ou aumentar receitas. Nessas horas, até a discussão sobre a "péssima" CPMF pode voltar à mesa, especula ela.

A economista falou com a coluna após apresentação de suas projeções para clientes do banco no Rio na última quarta-feira. Leia abaixo os principais trechos da entrevista, em versão editada e condensada.

Por que a sra. acredita, como disse na apresentação, que o cenário internacional atenuou um impacto consideravelmente mais negativo que a discussão da PEC da Transição teria sobre o mercado em outras condições?

Fomos salvos, entre aspas, pelo ambiente externo. O real só não se depreciou por causa dele. Embora o cenário internacional para 2023 seja desfavorável para o Brasil, com menos crescimento e **inflação** e juros ainda muito altos, alguns números **de inflação** nos EUA divulgados nas últimas semanas fizeram com que o mercado começasse a comprar uma narrativa de que o Fed (Banco Central dos EUA) iria começar a cortar juros em 2023. Embora não tenhamos muitos elementos para comprovar isso e parte dessa percepção já tenha até se dissipado, os números deram algum alívio e evitaram um impacto mais negativo no Brasil durante a discussão da PEC.

A postura do PT, ao propor a PEC nesses moldes, surpreendeu?

Não é exatamente a postura do PT, mas do governo Lula como um todo, que diz que será um governo de coalizão. A maioria do mercado tinha uma expectativa de pragmatismo no sentido de admitir que há um problema fiscal, um gasto contratado fora do teto e que seria necessário um "waiver". Esperava-se que qualquer candidato que ganhasse, Lula ou Bolsonaro,

pediria esse "waiver", mas com alguma contrapartida. Pedir o "waiver", mas colocar qual vai ser a nova regra, trazer o ministro pra negociar com o Congresso... Quando você negocia um "waiver" você tem que trazer pro mercado ao mesmo tempo o futuro.

Mas esses detalhes eram esperados mesmo antes de o governo assumir?

O tamanho do buraco ficou muito maior, quatro vezes maior, mas não veio a âncora nova. Ninguém esperava que ela fosse ser aprovada antes de o governo começar, mas que pelo menos ficasse um pouco mais claro qual seria o seu desenho. Se você tivesse pelo menos uma equipe econômica que estivesse falando, explicando como o cenário de desestabilização de dívida não vai se concretizar... Eu não tenho nenhum indício de como isso vai ser feito. Se você vai pedir mais gasto, você tem que trazer alguma coisa. Isso não está acendendo a luz vermelha do Congresso por enquanto justamente porque o cenário internacional ficou favorável. Mas não acho que ele ficou favorável de forma estrutural. Ele ficou apenas conjunturalmente favorável, por um curto período.

Tudo isso foi uma surpresa para o mercado, então?

Na apresentação, a sra. disse que a semente da crise foi plantada. Que crise seria essa?

Independentemente do tamanho da PEC, a expansão fiscal que ela traz, até no melhor cenário possível, já desestabiliza a dívida da maneira como está sendo feita, sem a fonte de financiamento. Antes mesmo da PEC, o Brasil já precisava de um ajuste fiscal da ordem de 2% do **PIB**. Com a PEC, agora a gente vai precisar de um ajuste de 3,5%, 4%. E é a semente da crise porque esse ajuste precisa ser feito para a dívida se estabilizar. Se ele não aparecer, as taxas de juros que o mercado vai exigir, os prêmios pro mercado comprar dívida, serão maiores.

Isso já não se reflete no mercado?

A gente ainda está no aguardo de anúncios que vão ser feitos quando o governo tomar posse. Eu acho que esse ajuste de 4% do **PIB** ainda não está precificado.

A reforma tributária não seria uma solução?

Ela não é a solução para trazer a solvência fiscal. Pra isso, você precisa fazer a reforma no gasto. O que essa **reforma tributária** dá, se ela for uma **reforma tributária** que vai aumentar a carga, é um pouco de tempo. Se o gasto continua crescendo, você vai ter que ter uma **reforma tributária** por ano, o que não vai acontecer. Fora que a **reforma tributária** que aumenta a carga traz ineficiência, perda de produtividade etc.

A discussão sobre a CPMF vai voltar?

Isso não é um cenário-base, mas se você tem um buraco fiscal muito grande e se você não propõe nenhuma reforma do gasto, como você vai aumentar a carga tributária? Eu acho que é difícil passar uma CPMF no Brasil, o próprio Lula perdeu a CPMF. Mas talvez acabe acontecendo.

A alternativa defendida pela sra. é a reforma administrativa?

É uma reforma do gasto que pode trazer economia significativa porque é o segundo maior gasto do Brasil tirando a Previdência. Não estou considerando juros. Se considerar juros, é o terceiro maior gasto. A gente fez uma reforma da Previdência que trouxe uma economia muito grande e até surpreendeu positivamente. Mas não adianta você fazer a reforma dos pensionistas e não fazer dos ativos. E pelo contrário, né? A gente está vendo alguns projetos sendo votados aí pra aumentar penduricalhos. A reforma administrativa precisa ser feita porque é um gasto muito grande e porque não é verdade que manter o salário do servidor público congelado é solução. Assim, ajudou as contas públicas? É uma bomba prestes a explodir.

Se o governo Bolsonaro não conseguiu aprovar sendo muito menos alinhado com o funcionalismo, a sra. acha que o PT vai propor isso?

Assim como a reforma da Previdência, a administrativa vai vir quando o país precisar buscar solução de novo para o problema fiscal. A previdência veio depois de uma recessão brutal. Mas eu achava que ela poderia vir para prevenir uma crise. Agora ela pode vir em resposta a uma crise.

Comparado a outros emergentes, a trajetória da nossa relação entre dívida e **PIB** está mais preocupante?

Sim, porque a gente tem um dos juros reais mais altos, talvez até o mais alto dependendo da métrica, e um crescimento potencial mais baixo.

Como o cenário externo deve afetar o Brasil?

Tem aspectos positivos, como reabertura da China, talvez o fim da guerra e um eventual "soft landing" (redução suave dos juros) do Fed. Mas eu acho que do os pontos negativos são maiores que os positivos. Os juros vão ficar mais altos nos países desenvolvidos por mais tempo. Isso diminui muito a atratividade do Brasil. E o mundo terá um crescimento mais baixo. Mesmo com a reabertura da China, com a doença ainda não controlada e pouca gente vacinada.

Segundo suas projeções, o BC brasileiro não terá mesmo as condições de reduzir juros em 2023?

É muito difícil a gente imaginar 2024 porque a incerteza sobre 2023 é muito grande. Se vier uma âncora boa e crível em 2023, pode haver queda de juros de 2024. É difícil de essa âncora vir em 2023 e dar tempo de o Banco Central reduzir juros já em 2023.

Quando a sra. fala em âncora, o que seria exatamente?

Eu acho que essa âncora tem que ser uma regra sobre despesa. A meta mais comum no mundo é de superávit primário, mas é também a meta mais modificada.

Mas uma âncora de despesas não é a mesma coisa que se tem com o teto de gastos hoje?

Sim, é um teto, só que pode ser um teto que cresça com o **PIB**, que tenha crescimento real etc. O teto que só cresce com a **inflação**, que não tem crescimento real nenhum, foi muito útil porque pegou a situação num país que cresceu o gasto real 6% ao ano por muito tempo. Então, naquele momento, era preciso de uma regra realmente dura. Agora, eu acho que a gente já conviveu com o teto por um tempo e poderia dar um reajuste de 0,5% real ao ano, dependendo da trajetória da dívida. Que é um pouco a proposta do Tesouro.

O humor do investidor estrangeiro com relação ao Brasil está piorando?

Eu acho que está mudando porque, quando você começa a discutir os detalhes da PEC, o escopo, o que que ela vai trazer para a o horizonte dos próximos anos em termos de dívida, é claro que não é um cenário positivo. É matemático. O estrangeiro começa a perceber isso, mas pondera diante do cenário global. Se os números de **inflação** nos Estados Unidos se provarem muito positivos, mesmo que eles entendam tudo aqui, eles não vão ficar pessimistas, porque a liquidez volta. Mas com o cenário de hoje, eles começam a ficar com o pé atrás.



**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/blogs/capital/post/2022/12/pec-da-transicao-planta-semente-da-crise-diz-economista-chefe-do-credit-suisse.ghtml>**

# Governo Lula vai enfrentar cenário econômico desafiador, avalia FGV

**Economia**

/  
por

**Agência Estado - Economia**

O próximo ano será "desafiador" para a economia, mas há dúvidas sobre como o novo governo comandado pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), reagirá ao cenário, conforme avaliação de economistas da FGV (Fundação Getulio Vargas) .

A contribuição externa para a atividade econômica no Brasil será menor , com vários países preocupados em combater a **inflação** alta que se espalhou pelo mundo por causa dos **desequilíbrios** causados pela Covid-19 e pela guerra na Ucrânia . E impulsos temporários ou atípicos, alguns associados à pandemia, não se repetirão.

O quadro foi desenhado nesta quinta-feira (8) por pesquisadores do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia ) . Os especialistas mostraram preocupações sobre como a política econômica do novo governo enfrentará os desafios . "Acho que 2023 é desafiador porque, do ponto de vista cíclico, precisamos desacelerar", disse Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre.

Após a divulgação dos dados do **PIB** (Produto Interno Bruto) do terceiro trimestre , o Ibre passou a projetar crescimento econômico de 3% neste ano. Só que, para 2023, a expectativa é de desaceleração.

Segundo Silvia, a desaceleração cíclica tem a ver com a combinação de aspectos específicos da crise causada pela pandemia, com políticas de estímulo fiscal ao consumo e com um cenário externo mais desfavorável em 2023. O problema é que parece haver uma "grande dificuldade de entendimento" sobre esse diagnóstico no gabinete de transição, conforme os sinais emitidos até aqui, disse ela.

Nos discursos públicos dos integrantes da equipe de transição e no formato da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que permitirá abrir espaço no Orçamento de 2023 para gastos inicialmente tidos como essenciais, os pesquisadores do FGV Ibre

identificaram uma postura favorável ao aumento de despesas públicas de forma indiscriminada.

Em suas apresentações no seminário, tanto Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre, quanto José Júlio Senna, chefe do Centro de Política Monetária do FGV Ibre, reconheceram que o Orçamento de 2023 feito pelo governo Jair Bolsonaro (PL) não se sustenta.

Por isso, requer ajustes, inclusive com mudanças nas regras fiscais, como o teto de gastos. Senna chegou a elogiar as perspectivas de mudanças nas políticas públicas em áreas diferentes da política econômica, como relações exteriores, meio ambiente e assistência social.

O pesquisador Armando Castelar, também participante do seminário, afirmou ver nos sinais iniciais da equipe de transição de governo um viés favorável ao aumento da carga tributária. Especialmente se o ex-prefeito Fernando Haddad for confirmado como ministro da Fazenda.

"Haddad tem feito discurso de aumentar imposto. Ele não fala isso, fala em **reforma tributária**, mas a prioridade para isso parece ser pelo aumento da carga", afirmou Castelar. De acordo com Silvia, o maior problema de uma política econômica sustentada no aumento indiscriminado de despesas do governo está relacionado à **inflação** elevada.

Por isso, disseram os pesquisadores do FGV Ibre, seria importante que, a partir de 2023, a política fiscal atuasse de forma combinada com a política monetária. Ou seja, que a dinâmica de despesas do governo não estimulasse a demanda excessivamente.

**Site:** <http://noticias.r7.com/economia/governo-lula-vai-enfrentar-cenario-economico-desafiador-avalia-fgv-09122022>

# Equipe de Lula vai esperar 2023 para decidir volta de impostos de combustíveis

**Renato Machado Danielle Brant**

O coordenador dos grupos técnicos do gabinete de transição, o ex-ministro Aloizio Mercadante, afirmou nesta quinta-feira (8) que o futuro governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai aguardar a situação dos preços dos combustíveis e da cotação das moedas para bater o martelo sobre a volta de **tributos**.

O atual governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) zerou os **tributos** federais que incidem sobre os combustíveis até o fim de deste ano. Foram reduzidos a zero o PIS e Cofins, que incidem sobre o diesel e o gás de cozinha. Além desses, foi zerada a alíquota da Cide que afeta a gasolina e o etanol.

"Estamos aguardando para ver a evolução do cenário", disse Mercadante, em referência ao preço internacional do petróleo e a cotação do dólar.

A declaração do ex-ministro aconteceu durante entrevista a jornalistas do grupo técnico de minas e energia do gabinete de transição. Os membros da equipe de Lula também foram questionados sobre a proposta da gestão Bolsonaro de mudar o regime de partilha do pré-sal.

O engenheiro Maurício Tolmasquim, ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética e um dos coordenadores do GT, criticou duramente a hipótese de mudança. Segundo ele, quando o pré-sal foi descoberto, modelos do mundo todos foram estudados, e o de concessão foi julgado o mais adequado.

"Para o caso do pré-sal, a partilha seria a melhor maneira de apropriar a renda para o Estado aplicar recursos no preparo da geração futura, que não terá mais petróleo", afirmou.

"Daí chama a atenção essa proposta que vem do governo atual de privatizar a PPSA (Pré-sal Petróleo S.A), É pegar toda essa receita que está em um fundo para ser usado para geração futura e queimar. Isso é deixar a geração futura sem os recursos", completou.

Os integrantes do grupo técnico também afirmaram que a Petrobras atualmente tem um futuro "nebuloso". Disseram que muitas petroleiras ao redor do mundo se

transformaram para virarem empresas de energia, tendo em vista o fim dos combustíveis fósseis. A empresa brasileira, no entanto, teria ficado para trás nesse processo e por isso precisa de um redirecionamento.

A equipe do presidente eleito para a área de Minas e Energia também divulgou um balanço na qual aponta que a gestão Jair Bolsonaro (PL) deixou uma herança de custos extras de cerca de R\$ 500 bilhões no setor elétrico -sem especificar, porém, a que período de tempo se referem essas despesas.

Segundo os integrantes do grupo técnico de Minas e Energia, essa conta vai recair não apenas sobre o futuro governo de Lula mas também sobre gestões futuras e, na prática, será paga pelos próprios consumidores.

A estimativa da herança-bomba do governo Jair Bolsonaro foi divulgada por Maurício Tolmasquim, ex-secretário-executivo do ministério de mesmo nome e um dos coordenadores do GT.

"Vimos uma série de ações feitas durante esse governo que vai deixar uma herança para os próximos anos, para o nosso governo e os próximos, uma herança ruim que terá que ser pega pelo consumidor de energia elétrica. Tentamos somar todo esse custo [...] essa some atinge R\$ 500 bilhões", afirmou Tolmasquim. Segundo ele, o montante estaria em valores de hoje.

O ex-secretário listou algumas dessas ações que contribuem para que esse custo continue onerando os consumidores em próximos governos, embora não tenha especificado os prazos das despesas em nenhuma delas.

Entre os pontos citados estão a chamada Conta Covid -empréstimos feitos para as distribuidoras para compensar a queda no consumo de energia, que deixa em torno de R\$ 23 bilhões. Outros R\$ 6,5 bilhões são decorrentes das ações para enfrentar a crise hídrica.

Também aparecem na lista as obrigações para a contratação de usinas termelétricas, que deixaram custo de R\$ 39 bilhões. Outros R\$ 368 bilhões resultam da privatização da Eletrobras -durante a tramitação da privatização da Eletrobras, os

congressistas inseriram no projeto a obrigatoriedade de se construir 8.000 MW (megawatts) de térmicas a gás, que ficaram conhecidas como jabutis da Eletrobras.

Mais R\$ 75 bilhões viriam da obrigação de reserva de mercado para pequenas centrais hidrelétricas.

Questionado se será possível que esse custo não recaia integralmente sobre os consumidores, Tolmasquim afirmou que "existe espaço para negociação" e que o governo fará "todas as ações possíveis para reduzir essa conta para o consumidor".

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>**

**20**

# Proposta isenta de imposto doações para meio ambiente e educação

**VÍTOR DACOSTA** [vitor.santos@oglobo.com.br](mailto: ritor.santos@oglobo.com.br)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Sistema político falho levou a tentativa de golpe, dizem analistas

**Sylvia Colombo**

Buenos Aires O fato de a Constituição do Peru prever o mecanismo da dissolução do Congresso pelo presidente, desde que cumpridas certas condições, esteve no centro do debate em relação ao que ocorreu no país nesta quarta-feira (7), por parte do então presidente Pedro Castillo.

Ao determinar o fechamento do Parlamento unicameral e a instauração de um estado de exceção, tentando se antecipar à análise de uma moção de vacância, o político populista foi acusado de tentar um golpe de Estado - por opositores e pela própria vice. Horas depois, os deputados ignoraram os decretos e destituíram o presidente, empossando Dina Boluarte. Castillo terminou o dia preso, acusado de rebelião e conspiração.

Especialistas ouvidos pela Folha concordam com a ideia de que, em algum ponto do processo, houve uma tentativa de golpe, embora de forma diferente daqueles que a região viveu nos anos 1970.

"É um golpe de Estado, com todas as letras", diz a advogada e analista política Rosa Maria Palacios, reforçando que não era recente o desgaste político de Castillo. "Não por se tratar de um professor rural, pobre, mas porque ele mesmo reconhecia que as pessoas que escolheu para formar suas equipes cometeram delitos no próprio mandato." Os 16 meses de mandato do político, eleito em 2021 como uma espécie de outsider sem experiência prévia, foram marcados por tensões constantes com o Legislativo. Com as sucessivas crises, ele se viu obrigado a formar, por exemplo, cinco gabinetes.

Para Andrés Malamud, pesquisador de América Latina no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, o que ocorreu foi um "autogolpe falido", seguido de um julgamento político legítimo. "Entre 2001 e 2016 houve um padrão, em que presidentes eram impopulares mas terminavam o mandato; desde então, há outro; presidentes são impopulares e o Congresso os destitui." Malamud vê um desgaste geral do sistema político peruano, principalmente porque ele não funciona bem se não há partidos fortes e, desde o fujimorismo (1990-2000), o quadro se dissolveu em meio a perseguições, prisões, fechamentos do Congresso e sequestros. "Isso torna volátil tanto o voto

como a representação. A democracia apenas subsiste, porque não há alternativa mais sedutora." Castillo levou ao ápice um clima de convulsão política que derrubou presidentes em série. Desde que o esquerdista Ollanta Humala concluiu seu mandato, em 2016, Pedro Pablo Kuczynski (PPK) renunciou, seu sucessor Martín Vizcarra foi destituído após desgastes com o Congresso, Manuel Merino ficou no cargo por seis dias e Francisco Sagasti cumpriu um governo-tampão.

Na prática, a discussão sobre o movimento do agora ex-presidente configurar ou não um golpe se deu porque ele distorceu a prerrogativa constitucional de dissolver o Congresso. Isso é válido, desde que o Parlamento tenha rejeitado pelo menos dois votos de confiança ao governo.

A gestão Castillo pautou o primeiro no início de novembro, mas a oposição se recusou a votá-lo. Se ele fosse rejeitado, o governo deveria refazer o gabinete, mas poderia convocar uma segunda votação - o que o então premiê Aníbal Torres fez mesmo assim, ignorando a recusa dos opositores e dobrando a aposta.

Ele chegou a dizer que, se a oposição novamente se recusasse a votar, entenderia isso como uma segunda rejeição formal, o que, na prática, poderia ser interpretado como gatilho para a dissolução do Parlamento. A oposição manteve a recusa, e Torres anunciou sua renúncia dias depois.

"Foi um golpe porque nada do que foi anunciado por Castillo era permitido pela Constituição", diz o cientista político Fernando Tuesta, da PUC do Peru. "Ele tinha baixa legitimidade, que perdeu completamente com a manobra. Passou a usurpar o poder! Ele afirma que a nova presidente, Dina Boluarte, terá que agir rápido. "Ela precisa chamar eleições e pedir uma **reforma política** imediata. O Congresso deve aceitar modificar a Constituição." Dina a princípio negou a possibilidade de antecipar o pleito, prometendo cumprir seu mandato até 2026, mas já admite realizar uma nova eleição.

Malamud faz um alerta sobre o impacto da instabilidade política na economia do dia a dia dos peruanos. "A macroeconomia funciona, a **inflação** é baixa. Mas isso está mudando, principalmente depois

da pandemia. Com pobreza e informalidade mais altas, a exigência sobre essa volatilidade aumenta."

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50120&anchor=6469472&pd=213d9dc23746b5162040f31f32c1291c>**





Foi um golpe porque nada do que foi anunciado por Castillo era permitido pela Constituição. Ele tinha baixa legitimidade, que perdeu completamente com a manobra

**Fernando Tuesta**

cientista político da PUC do Peru

# Stuhlberger vê possível rebaixamento da nota de crédito do Brasil

**Eduardo Cucolo**

A nota de crédito do Brasil pode sofrer um novo rebaixamento diante da expectativa de aumento de gastos com a PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição e de uma política econômica focada em aumento de crédito via bancos públicos.

Essa é a avaliação de economistas que participaram do evento Macrovision do Itaú nesta quinta-feira (8).

Luis Stuhlberger, CEO da Verde Asset Management, afirmou que o novo presidente sinaliza com uma política econômica que vai resultar em juros e inflação mais altos e baixo crescimento.

Para ele, haverá uma repetição da gestão Lula anterior (2003-2010), quando o governo acelerava a economia por meio de gastos e subsídios via bancos públicos, e o Banco Central precisava frear a inflação.

Diante desse cenário, afirmou não descartar um rebaixamento da nota de crédito do Brasil e disse não ter esperança de ver a taxa básica de juros cair abaixo de 10% enquanto ainda estiver vivo -e "ainda pretendo viver bastante", disse o investidor de 68 anos.

"O que vai na cabeça do Lula? Ele é um suicida? Por que está fazendo isso?", afirmou o investidor ao citar as perguntas que são ouvidas no mercado.

Para ele, o fato de a economia ter crescido mais nos oito anos da gestão Lula, em meio ao aumento de gastos, do que no período pós-2016, quando foi aprovada a atual regra que limita despesas, faz com que o presidente eleito acredite nessa fórmula para impulsionar a economia.

Ele ressalta, no entanto, que parte da crise no governo Dilma Rousseff (2010-2016) se deveu a essa "bomba de oito anos de gastos" que caiu no colo da ex-presidente.

"Esse é um caminho extremamente perigoso. Não vejo chance zero de a gente ser "downgraded" [rebaixado] por alguma agência com uma PEC de R\$ 200 bilhões", afirmou Stuhlberger durante o evento.

Sobre as estratégias de investimento da sua gestora,

ele reduziu a exposição a ações brasileiras e zerou posições em Bolsas de outros mercados. Afirmou ainda que nenhum portfólio funciona quando há um governo populista e que a gestão Lula 3 já começará com uma política mais semelhante à nova matriz econômica do governo Dilma.

O gestor afirma que o novo governo tem meios para financiar parte do aumento de despesas, retomando a tributação de PIS/Cofins sobre combustíveis e taxando dividendos e fundos exclusivos, por exemplo.

Felipe Guerra, da Legacy Capital, também avalia que não é possível descartar um rebaixamento da nota de crédito do país e disse que o Brasil já pode ter entrado em uma nova recessão no último trimestre de 2022.

Ele afirmou que o ambiente de juros altos no país faz com que seja difícil encontrar alguma ação para comprar e que as Bolsas estão caras nos EUA, na Europa e no Brasil. Por aqui, apenas a entrada de estrangeiros sustenta o Ibovespa acima de 100 mil pontos, segundo o executivo.

"A gente está fazendo um estímulo fiscal grosseiro e no momento errado do ciclo, quando deveria estar ajudando o Banco Central", afirmou. "Acho que o [investidor] gringo nem leu essa PEC."

Rodrigo Azevedo, ex-diretor do BC e sócio da Ibiuna Investimentos, afirma que a principal pergunta dos gestores para 2023 é qual será o comportamento da inflação americana. Se o indicador surpreender para baixo, pode ser aberta uma oportunidade de virada no cenário internacional que favoreça investimentos em ativos de maior risco e em países emergentes.

"Se o cenário virar e a gente fizer o mínimo na questão fiscal, poderia ser uma nova oportunidade. Mas tudo o que a gente viu até agora indica que não é nessa direção que estamos caminhando".

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50120>

# O recado discreto do Copom a Lula (Editorial)

Continua incerto o futuro das contas públicas, embora um novo governo deva começar em janeiro e por isso o mais seguro é manter em 13,75% a taxa básica de juros, decidiu o Copom, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC). A incerteza é maior que a usual, as projeções até 2024 apontam **inflação** longe da meta e o mais prudente é manter a estratégia atual, segundo nota do Comitê divulgada logo depois da reunião. Se necessário, poderá haver novo aumento dos juros. Com o cuidado habitual, os autores da nota evitam referências diretas ao atual governo e a seu sucessor, mas são claros ao indicar fatores de risco no cenário da **inflação**. Ganham destaque a maior persistência das pressões inflacionárias globais e a "elevada incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal". A insegurança inclui, nesse caso, possíveis novos estímulos à demanda, por meio de mais despesas ou de benefícios tributários.

Maiores gastos foram prometidos pelos dois candidatos principais, e a PEC da Transição, se aprovada nas duas Casas do Congresso, abrirá espaço em 2023 para um novo estouro do teto. As promessas do candidato eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, têm destaque evidente no cenário de referência do Copom, embora sem citação explícita. Mas, se houvesse referência ao futuro presidente, deveria incluir mais um detalhe importante. Ele e seus auxiliares da área econômica têm prometido responsabilidade fiscal, mas sem explicar como se manterão sustentáveis as finanças do governo central.

Não só no mercado, portanto, surgem expressões de preocupação quanto ao futuro das contas públicas, incluído, naturalmente, o endividamento do Tesouro. Pouco depois da eleição, o presidente eleito procurou desqualificar as manifestações de inquietação observadas no setor financeiro. Atribuiu esse tipo de reação, inicialmente, a um excesso de sensibilidade e, depois, a censuráveis jogadas especulativas, como se a especulação, normal no dia a dia de todos os mercados, fosse aberração ou imoralidade. Errou em todas essas avaliações, e errou também ao subestimar a relevância de uma clara sinalização de prudência fiscal.

A decisão do Copom sobre os juros básicos e suas explicações evidenciam os equívocos do futuro presidente da República. Não há como desprezar o risco de maior **inflação**, quando o governante, atual ou

futuro, anuncia a intenção de aumentar a despesa e se abs-tém de explicar como preservará a solidez das finanças públicas.

Gastança e alta de preços são noções estreitamente vinculadas. Esse vínculo é especialmente forte em países onde é preciso reafirmar com frequência a credibilidade do Tesouro. Não é o caso da Alemanha e de outros países onde a responsabilidade fiscal é uma tradição. No Brasil, como na maior parte da América do Sul, a confiabilidade financeira do setor público é muito menos clara.

O presidente eleito tem evocado seu primeiro governo, quando se obtiveram regularmente superávits primários - saldos positivos, excluído o custo dos juros da dívida pública. Não basta evocar essa história. A herança recebida pelo governo petista em 2003 foi muito melhor que o legado previsto para 2023. Além disso, a gestão financeira foi menos severa no segundo mandato e degradingolou no final do período petista. Nessa fase, a presidente Dilma Rousseff deu espaço à **inflação**, devastou o Tesouro e jogou o País na recessão de 2015-2016.

Não adianta o futuro presidente evocar a disciplina fiscal mantida em seu primeiro mandato. Ele terá de restabelecer a imagem do PT como partido capaz de cuidar das finanças públicas.

No mercado, os juros básicos projetados para 2023 passaram em quatro semanas de 11,25% para 11,75%. A **inflação** estimada para o próximo ano subiu de 4,94% para 5,08%, segundo a pesquisa Focus. A projeção de crescimento econômico aumentou de 0,70% para 0,75%. Juros altos de nenhum modo ajudarão o novo governo em seu primeiro ano. Se levar esses dados em conta, o presidente eleito tratará de mandar mensagens mais claras e mais positivas ao mercado e ao BC. É só uma questão de bom senso.»



## O que a crise peruana ensina (Editorial)

Na manhã de quarta-feira, quando o Congresso peruano votaria uma terceira moção de impeachment de Pedro Castillo, o editorial do jornal La República clamava: Renuncie, presidente. Uma alternativa em tese sensata, mas naquele ponto inviável, seria Castillo negociar concessões com lideranças parlamentares, formando novas bases. Outra, mais ousada, seria convocar eleições gerais. Mas ele optou pela mais desesperada e fantástica: dissolver o Congresso e governar por decreto, anunciando uma constituinte e a reorganização do Judiciário. Ministros e aliados debandaram. O Tribunal Constitucional, o Ministério Público e o Exército condenaram a intentona. Em duas horas, Castillo estava preso e o Congresso empossou a vice-presidente Dina Boluarte. Esse golpe disfuncional e volátil foi o gesto terminal de um governo igualmente disfuncional e volátil que levou ao paroxismo um sistema político, claro, disfuncional e volátil.

Boluarte será a sexta presidente em seis anos. Todos os ex-presidentes ou respondem a processos de corrupção ou estão presos. O caos tem raízes profundas.

Nos anos 70 o governo militar encaminhou reformas há muito esperadas, entre elas a agrária, que depuseram as velhas oligarquias. Mas o Peru não conseguiu se reorganizar em outras bases. "Desde então o país se "desformalizou" de maneira completa e radical", diagnosticou o sociólogo peruano Danilo Martuccelli. "O formal e o informal, o transgressivo e o ilegal, a lei e o caos, tudo se mistura e se combina." Sintomaticamente, 70% dos trabalhadores são informais.

Em 1990, Alberto Fujimori fez o que Castillo tentou fazer. Com apoio popular e militar, reprimiu a inflação e o grupo terrorista Sendero Luminoso, mas esvaziou o sistema partidário, cimentou a economia informal, constituícionizou um racha entre Executivo e Legislativo e normalizou a ideia de que regras devem ser manipuladas ao invés de respeitadas. Finda a ditadura em 2000, sem um sistema que substituísse o das velhas elites, os partidos viraram balcões de negócios e multiplicaram-se os aventureiros. A articulação entre atores e interesses sociais e sua representação institucional foi estraçalhada. A corrupção se tornou endêmica. Para piorar, os remédios foram piores que a doença.

A luta anticorrupção canalizou todas as frustrações nacionais. "A vida coletiva é percebida a partir da

moralidade, como o teatro de uma oposição cíclica entre o bem e o mal. Na verdade, uma cruzada entre os bons e os maus. Segundo essa visão, a vida coletiva é um eterno tribunal de justiça", diz Martuccelli. "Isso obstrui o enfrentamento dos problemas. Na raiz da moralização maniqueísta da vida coletiva no Peru se encontram processos econômicos, sociais e políticos que dissolveram antigos marcos de referência da sociedade peruana (classes, sindicatos, partidos, ideologias políticas, etc.)." Numa sociedade assim, a retórica anticorrupção "se tornou a principal linguagem utilizada para apreender, nomear e diagnosticar as grandes transformações e os males profundos". Não à toa, a Constituição prevê o impeachment por "incapacidade moral permanente", algo bastante arbitrário.

Hoje os peruanos veem os políticos como o grande mal, mas esperam da política a grande redenção, seja na forma de uma ruptura institucional refundadora, seja na de um caudilho enérgico, independente e ímpoluto - o leninista Castillo, um professor rural sem experiência política, foi só sua última e mais caricata versão.

O país precisa de mais política, renunciando a esperanças redentoras e cruzadas morais em favor de uma dieta modesta de disputa de ideias e solução de conflitos que encaminhe, dia após dia, reformas pequenas, mas eficazes, ao invés de pactos fundadores grandiosos, cíclicos e ineficazes que só aceleram a espiral de degradação política.

Se Boluarte impuser um freio de arrumação, negociando bases congressuais que ao menos estabilizem a relação entre Executivo e Legislativo, já terá dado um grande passo nessa direção.»

# Governo atual é o que mais cortou em recursos de Educação e Ciência

**RENATA CAFARDO**

Além do baixo investimento, o governo Jair Bolsonaro (PL) também foi o que mais fez cortes nos ministérios da Educação (MEC) e da Ciência e Tecnologia (MCT) desde 1999, ano mais recente em que há dados no sistema federal. Os bloqueios ou contingenciamentos são feitos por meio de decreto presidencial e cancelam parte dos recursos previstos pelo orçamento anual. Nos últimos quatro anos, o MEC teve 20% de suas verbas cortadas e o MCT, 44%.

Os dados foram tabulados pelo Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB), um núcleo de pesquisa ligado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Antes, o maior índice havia sido no segundo governo de Dilma Rousseff (PT) em que os cortes chegaram a 15% no MEC. No MCT, o recorde era na gestão de Michel Temer (MDB), com 29%.

**O LEVANTAMENTO.** Na Educação, só o valor bloqueado de 2022 ultrapassa R\$ 40 bilhões, quase o dobro dos R\$ 24 bilhões cancelados nos últimos três anos. Nos quatro anos de Bolsonaro, o orçamento total do MEC foi de cerca de R\$ 566 bilhões e cerca de R\$ 113 bilhões foram cortados. Já no segundo governo Lula, por exemplo, foram R\$ 359 bilhões e R\$ 21 bilhões, respectivamente.

**INVESTIMENTOS.** Outro estudo do mesmo núcleo já havia mostrado que recursos reservados para investimentos em educação e ciência foram os mais baixos no Brasil desde os anos 2000. Os investimentos são recursos destinados para reformas em universidades e escolas, obras em laboratórios, compra de equipamentos, livros e para novas políticas públicas. O restante vai para despesas obrigatórias, como salários.

O MEC tinha este ano cerca de R\$ 3 bilhões para investimentos, muito aquém de números entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões entre 2009 a 2015 (em valores corrigidos pela inflação). Segundo a nova pesquisa, entre as áreas mais afetadas por bloqueios está a Capes, que nesta semana foi impossibilitada de pagar mais de 200 mil bolsas justamente por um decreto presidencial.

**LIBERAÇÃO APÓS QUEIXAS.** Ontem, no fim do dia, após grande pressão, o ministro da Educação, Victor

Godoy, anunciou que R\$ 460 milhões foram liberados para a pasta e que as bolsas seriam pagas até o dia 13 (Mais informações na página A13).

"Os cortes não são feitos em investimentos apenas, não é que se promete melhorar um programa e se volta atrás. São cortes em políticas que já existem e precisam ser mantidas, são despesas correntes", afirma Joyce Luz, pesquisadora do OLB e autora do estudo. O contingenciamento, diferentemente de outros remanejamentos de verbas, não precisa de aval do Congresso.

Os cortes na Capes passaram de 9% em 2019, no início do governo de Jair Bolsonaro, para 28% este ano.

Nesta semana, notas divulgadas pela presidência do órgão mostram a falta de apoio da Educação às decisões da Economia nos últimos dias. "A Capes defenderá sempre a regularização dos pagamentos devidos aos alunos e pesquisadores (...), não apenas em razão de sua natureza alimentar, mas principalmente em respeito aos profissionais e pesquisadores que mantêm e desenvolvem a ciência brasileira, pelos quais a atual gestão da fundação nutre imenso respeito e admiração".

"A gente está falando da subsistência dessas pessoas, de ter dinheiro para pagar aluguel, comida", diz o presidente da Associação Nacional dos Pós Graduandos (ANPG), Rogério Vinícius Santos Soares.

**SUPREMO.** Depois que o Estadão revelou que o caixa do MEC havia sido zerado, entidades estudantis entraram com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para exigir que fosse suspenso o decreto presidencial. O STF deu 72 horas, que terminam neste sábado, para que o presidente Bolsonaro preste esclarecimentos sobre o corte.

As bolsas de mestrado têm valor mensal de R\$ 1,5 mil e as de doutorado, de R\$ 2,2 mil, e estão desde 2013 sem reajuste. Outras áreas que sofreram cortes expressivos no MEC foram o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável por programas de merenda escolar e livro didático, com 32% dos recursos cortados em 2022, e as universidades federais, com 25%. Ambos são



preocupações da equipe da transição do governo eleito.

Não há aumento do valor pago à alimentação dos alunos desde 2017. Em agosto, a gestão Bolsonaro vetou o reajuste, com correção pela **inflação**, aprovado pelo Congresso. A justificativa foi que isso poderia estourar o teto de gastos, mesmo argumento dado para os cortes agora.

CNPQ. No Ministério da Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que financia bolsas de pesquisadores, foi um dos órgãos mais afetados por cortes, segundo o estudo. Entre 2019 e 2021, em média foram 68% das receitas canceladas. Em 2022, 40% do total.

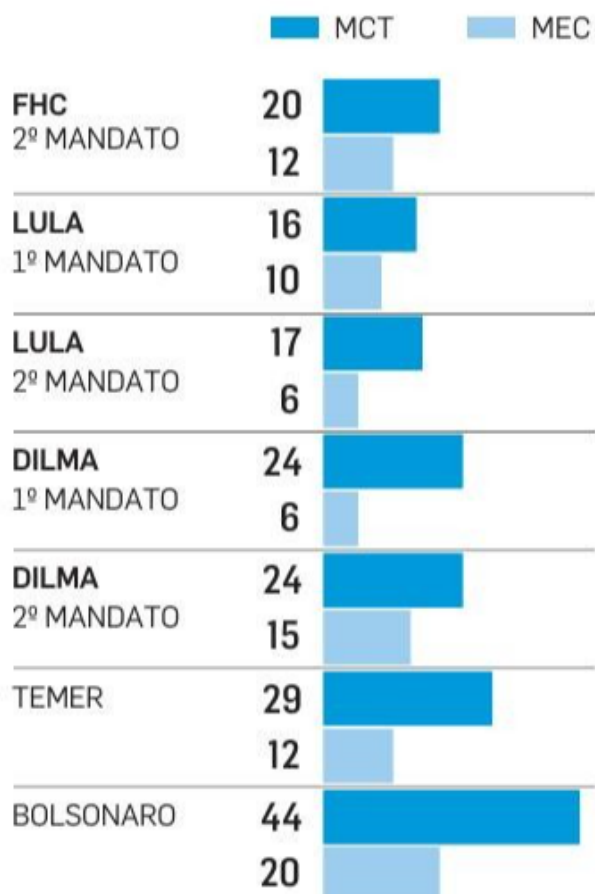
Procurados ontem, o MEC, a pasta da Ciência e Tecnologia e a da Economia não comentaram o estudo.



## DADOS

### Valores cortados ou remanejados dos ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT) e da Educação (MEC) nos últimos governos

EM PORCENTAGEM\*



\*A PORCENTAGEM É EM RELAÇÃO AOS RECURSOS APROVADOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

**FONTE:** OBSERVATÓRIO DO LEGISLATIVO BRASILEIRO/UERJ, SIOP / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

---

**Sem reajuste desde 2013**  
**As bolsas de mestrado**  
**têm valor mensal de R\$**  
**1,500 e as de doutorado,**  
**de R\$ 2.200**

---

# Estudo vê necessidade de reajustar bolsas de Capes e CNPq em 67,97%

Segundo um estudo realizado pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), se houvesse reajuste inflacionário desde 2013, as bolsas de mestrado e doutorado da Capes e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) deveriam ter um aumento de 67,97%. O estudo leva em consideração os dados de **inflação** medidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Para Vinícius Soares, presidente da ANPG, o reajuste das bolsas de pós-graduação não é apenas uma questão de justiça com os pesquisadores. É também essencial para atrair novos talentos para produção científica, o que acarreta em desenvolvimento para o Brasil. Hoje, 90% das pesquisas desenvolvidas no País são feitas por alunos de pós-graduação.

"Um dos motivos da grande evasão nas universidades e não atração de novos talentos para produção científica tem sido justamente a desvalorização dos valores das bolsas, que acarretam uma desvalorização da carreira científica", diz Vinícius Soares. "Hoje, se um recém-formado entrar no mercado de trabalho, ele pode ganhar o dobro ou o triplo que ganhará se entrar para o mestrado." BOLSAS X SALÁRIO MÍNIMO. As bolsas da Capes e da CNPq também estão defasadas em comparação com o salário mínimo. De 2013 para 2022, o salário mínimo quase dobrou, passando de R\$ 678 para R\$ 1.212, enquanto as bolsas permanecem com o mesmo valor.

Em 1995, quando foram criadas, as bolsas de mestrado eram de R\$ 724, o equivalente a mais de 7 salários mínimos na época. Em 2022, pagando R\$ 1.500, elas equivalem a 1,2 salário mínimo. "Isso mostra o quanto elas vêm sendo desvalorizadas ao longo do tempo", diz o presidente da ANPG.

As bolsas de pós-graduação só sofreram reajustes quatro vezes e todas abaixo do índice inflacionário. A fase com maior número de reajustes se deu entre 2004 e 2008, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Robério Rodrigues Silva, presidente do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP), diz que a defasagem das bolsas "não é novidade". "Os nossos alunos têm passado dificuldades em questões básicas de subsistência até em cidades médias, onde o custo de vida não é tão alto", diz. « GIOVANNA CASTRO

.....

**Na origem**  
**Em 1995, quando foram**  
**criadas, as de mestrado**  
**eram de R\$ 724, mais de 7**  
**salários na época**

.....

# Julgamento do orçamento secreto pelo Supremo trava PEC na Câmara

**DANIEL WETERMAN ADRIANA FERNANDES**

A pressão da Câmara pela manutenção do orçamento secreto pode arrastar a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição para a última semana antes do recesso parlamentar, que começa dia 23, e forçar a análise do Orçamento de 2023 antes da aprovação da medida.

Diante desse cenário, o relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDBPI), se prepara para apresentar o seu relatório antes da aprovação final da PEC. O documento contará com a destinação das verbas de forma condicionada à aprovação da proposta - que abre espaço de pelo menos R\$ 168 bilhões para aumento de gastos (R\$ 145 bilhões com a elevação do limite do teto e até R\$ 23 bilhões para investimentos fora da regra, que limita o crescimento das despesas à inflação).

Como o Estadão revelou, o parecer preliminar do Orçamento abriu para aumento de despesas antes da aprovação da PEC.

A apresentação do relatório do Orçamento é uma forma de indicar a necessidade de aprovação da PEC. Negociadores do governo de transição vão trabalhar nos próximos três dias na definição dos valores e na destinação do espaço para novas despesas aberto com a PEC.

**SUPREMO.** Para votar a PEC, os deputados querem saber primeiro qual será o futuro do orçamento secreto. O mecanismo está em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), que será retomado na próxima quarta-feira. Até lá, tudo deve ficar em compasso de espera na Casa.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a sinalizar a possibilidade de pautar a PEC no plenário da Casa no mesmo dia. Aliados de Lira, no entanto, afirmam que o prazo dependerá do futuro do orçamento secreto no STF. Os líderes da Câmara querem pelo menos ter uma sinalização de qual será os votos dos ministros do Supremo.

"A PEC não foi pré-acordada, trouxe muitas evoluções e existe a preocupação do Congresso com o julgamento do Supremo.

É um somatório de situações que, inevitavelmente, terá reflexo no tempo", afirmou o deputado Danilo Forte (União-CE), aliado de Lira. "Não esqueça que ainda tem uns joguinhos do Brasil pelo meio. O time está melhor do que o País." Dirigentes do Centrão exigem a manutenção do orçamento secreto para aprovar a PEC.

Os deputados querem usar a mesma proposta para validar as emendas secretas e abrir espaço no Orçamento deste ano para destravar os pagamentos que estão parados, um total de R\$ 7,8 bilhões. O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PPR), admite a vinculação entre uma coisa e outra ao falar do prazo para a aprovação da PEC na Câmara: "Quarta próxima se o STF não atrapalhar", disse.

**ORÇAMENTO.** A ameaça também mexe no Orçamento de 2023. A PEC autoriza a elevação do teto de gastos em R\$ 145 bilhões no ano que vem, além de outras despesas fora da âncora fiscal. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) marcou a votação do projeto orçamentário para a sexta-feira da semana que vem. Se a PEC não for aprovada até lá, os recursos que entrarão no Orçamento poderão ser aprovados, mas ficarão "pendurados".

A equipe de Lula quer votar a PEC na semana que vem e, logo depois, o Orçamento, ainda antes do recesso, mas a estratégia de aliados de Lira pode fazer com que a peça orçamentária seja aprovada sem a garantia dos recursos extras para o presidente eleito. "A votação do Senado mostra que as chances de aprovação na Câmara são muito grandes, mas (o julgamento do STF) pode criar uma dificuldade e um ruído a mais. Por isso, depende muito da nossa capacidade de articulação", afirmou o líder do PT na CMO, Enio Verri (PR).

"Quanto mais cedo a Câmara aprovar a PEC, melhor", afirmou Castro, ao reforçar a expectativa de votação da proposta na próxima semana, antes da peça orçamentária.

"Nós vamos aprovar a PEC e o relatório do Orçamento até o final da sessão legislativa (período de funcionamento do Congresso antes do recesso)."

Depois de "excelente" reunião com Guedes, Haddad defende gastos

Favorito para o Ministério da Fazenda, o ex-ministro e ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT) se reuniu ontem pela manhã com o ministro da Economia, Paulo Guedes, como antecipou o Estadão/Broadcast. Haddad afirmou ter sido bem recebido e que o encontro foi "excelente".

"Passamos em revista vários assuntos importantes.

Obviamente que, em uma reunião de uma hora e meia, não é possível esmiuçar todos os assuntos, mas foi uma excelente reunião. Fui muito bem recebido, definimos agenda de trabalho a partir da semana que vem", afirmou Haddad após o encontro, apenas entre os dois.

Haddad disse que foi ao ministério na condição de interlocutor do grupo de economia da transição.

"O que a gente procurou passar na transição é o conceito de neutralidade fiscal.

Ou seja, a despesa em proporção ao **PIB** de 2023 não pode ser menor do que a despesa em proporção ao **PIB** de 2022, para que não chegue em dezembro do ano que vem com problemas de dezembro deste ano", afirmou.

Já Paulo Guedes disse que conversou com Haddad e a equipe de transição sobre a necessidade de aprimorar o teto de gastos. Ele fez a afirmação durante transmissão da cerimônia de premiação do XXVII Prêmio Tesouro de Finanças Públicas, que teve como tema "O Brasil como uma potência verde

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Câmara tem de rever texto da PEC da Transição (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# Bolsa cai 1,67% diante de incerteza sobre cenário fiscal

**VITOR DA COSTA** [vrtor.santos@oglobo.com.br](mailto:vrtor.santos@oglobo.com.br)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Câmara e Senado articulam aumento salarial

*Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187404?page=1&section=1>

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187404?page=1&section=1>

# OCDE prevê desaceleração

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187404?page=1&section=1>

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187404?page=1&section=1>

# A China depois da "covid-zero" (Artigo)

*Qian Liu*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187404?page=8&section=2>

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187404?page=8&section=2>**

# Risco fiscal volta a derrubar ativo local

*Victor Rezende, Augusto Decker, Matheus Prado, Gabriel Roca e Arthur Cagliari*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impreso/20221209/>

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20221209/>

# Auren faz acordo bilionário por perdas no governo Dilma



Direito a indenização assegurado pela Auren se refere a investimentos na hidrelétrica Três Irmãos

**LUCIANA COLLET**

Depois de quase uma década, um imbróglio oriundo de decisões do governo Dilma Rousseff no setor elétrico chegou a um desfecho. Em acordo histórico com o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Advocacia-Geral da União (AGU), a Auren Energia conseguiu uma indenização relativa à antiga Cesp por investimentos feitos na hidrelétrica Três Irmãos.

O acerto de R\$ 1,7 bilhão garantirá à companhia injeção de cerca de R\$ 4,1 bilhões em valores atuais, ao longo de sete anos, favorecendo o caixa da geradora no momento em que a empresa busca oportunidades de aquisição para crescer.

Embora a resolução fosse amplamente aguardada pelo mercado, os termos do acordo na noite de quarta-feira surpreenderam o mercado. As ações da Auren fecharam em alta de 5,74% ontem, a R\$ 14,38.

O Credit Suisse e a XP estimavam inicialmente um valor presente líquido menor - o que ajudou a justificar a alta do papel.

Analistas também mantêm no radar o potencial pagamento de dividendos extraordinários em decorrência do acordo.

"Embora a Auren esteja focada no crescimento, com os novos pagamentos (...) a alavancagem deve reduzir gradualmente, o que significa que a empresa pode pagar dividendos decentes", escreveram os analistas do Credit Suisse Carolina Carneiro e Rafael Nagano. Eles ressaltam que isso pode ocorrer mesmo em um cenário de busca de aquisições.

Já os analistas João Pimentel, Gisele Gushiken e Maria Resende, do BTG Pactual, avaliam que os investidores aguardam ansiosamente dividendos mais altos, pois as "chances parecem boas, especialmente considerando a possível mudança no regime tributário de dividendos no próximo ano".

**LONGA BATALHA.** A Cesp brigava com a União por uma indenização em Três Irmãos desde 2014, após não ter concordado com os valores estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia, por ocasião da Medida Provisória 579, que propôs a renovação antecipada de usinas hidrelétricas, em estratégia que buscava a redução das tarifas de energia. O movimento trouxe danos ao setor elétrico sem produzir os resultados esperados na conta de luz.

A Cesp, então estatal paulista, não aceitou a proposta, e a usina foi relicitada. A empresa teria direito a uma indenização por investimentos não amortizados, estimados em R\$ 1,7 bilhão pelo governo federal. A empresa considerou o valor baixo e chegou a estimar seus direitos em R\$ 6,5 bilhões. Depois de negociações com o governo, a empresa entrou na Justiça e chegou a pedir esse valor, mas não obteve sucesso.

A Cesp foi privatizada em 2018. A gestão do contencioso sempre foi considerada um dos principais pontos a serem atacados pela nova gestão, a cargo da Votorantim e do fundo de pensão canadense CPPIB.

Após a privatização, a Votorantim e o fundo reuniram outros ativos no setor elétrico e formaram a Auren Energia.

Segundo analistas, há mais de um ano a empresa decidiu que faria mais sentido receber o valor calculado pela União, mesmo tendo de abrir mão de montantes adicionais. Com o acordo, a companhia deve renunciar aos demais pedidos judiciais. O acordo ainda será homologado na 17.<sup>a</sup> Vara Federal do Distrito Federal para ter efeito legal.

**PAGAMENTO.** O montante de R\$ 1,7 bilhão será atualizado pela taxa Selic e amortizado em 84 parcelas mensais, de acordo com o Sistema de Amortização Constante (SAC). Em valores atuais, o total é de R\$ 4,1 bilhões, mas analistas ressaltam que

a indenização pode estar sujeita à tributação, questão ainda a ser definida pela **Receita Federal**. Os analistas do Citi Antonio Junqueira e Guilherme Bosso estimam que, na pior das hipóteses, o custo tributário chegaria a R\$ 500 milhões, diminuindo o valor da indenização a R\$ 3,6 bilhões.

Procurada, a Auren não respondeu até a conclusão desta edição. No fim de outubro, o diretor-presidente da companhia, Fabio Zanfelice, reforçou, em teleconferência, que a companhia estava atenta a oportunidades de crescimento e buscava ativos que garantissem retorno adequado para a companhia, reforçando a mensagem de que prioriza a disciplina de capital. Ele não descartou, à época, a entrada no segmento de transmissão

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



.....

## **Direito reconhecido**

---

**R\$ 1,7 bi** era o valor da indenização a que a Auren tinha direito, em valores de 2014

**R\$ 4,1 bi** é o total em valores atuais

**84** é o total de parcelas em que o pagamento deverá ser realizado

**R\$ 500 mi** é a estimativa dos impostos incidentes sobre os direitos da empresa